

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

RICARDO DE SOUZA SILVA

Re-significando a Violência?
Avaliando os Programas de Intervenção junto aos Agressores

SÃO PAULO
2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

RICARDO DE SOUZA SILVA

Re-significando a Violência?
Avaliando os Programas de Intervenção junto aos Agressores

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Junior

SÃO PAULO
2010

Agradecimentos

*Olhe-nos agora.
Viajamos juntos nas estradas da vida
[mas ainda não sabemos o final.
Eu só quero que lembrem.
Que a minha jornada ficou mais bela.
E muito mais alegre com vocês.*

Páginas de Amizade (Mario Hailer Junior)

Esse é um momento em que mais uma etapa da minha vida é alcançada. Fazer esse curso foi um sonho sustentado por anos, e por muito tempo pareceu um castelo nas nuvens, que eu jamais alcançaria. Mas o universo tem conspirado ao meu favor, e eu acabei encontrando uns feijões mágicos no caminho...

Essa jornada não foi fácil. Não precisei enfrentar um gigante apenas, mas vários. Muitas vezes tive vontade de desistir, pois os obstáculos eram tantos e tão grandes que me sentia incapaz de superá-los. Sozinho eu não teria conseguido ultrapassá-los.

Agora, então, agradeço:

A Katia, por ter compartilhado um momento muito importante pra mim e me dado um novo sentido de viver: nosso filho, Pedro Paulo.

Ao apoio incondicional dos meus pais em todos os momentos de minha vida. Vocês me inspiram a sempre buscar o melhor em mim. Amo muito vocês.

Ao Rodrigo, meu irmão: quem ia saber que apenas a distância poderia nos aproximar?

Ao Leandro, Sílvio e Jeliel. Quem eu seria sem vocês?

A todos aqueles que se aproximaram e afastaram pelos mais diversos motivos. Espero ter deixado em vocês as mesmas lembranças que deixaram em mim.

A todos aqueles que conheci nos últimos cinco anos de PsicoPUC! Por me mostrarem um universo diferente do que eu estava acostumado e me abrirem novas perspectivas sobre o mundo.

Ao Manko, Sil e Nin. Por me fazerem rir, por acolherem meu choro, por me fazerem repensar meus conceitos, por agüentarem minha ansiedade e irritação, pelo profundo respeito e extrema confiança.

Aos professores da PsicoPUC, pelo carisma e presença inspiradora.

Ao Plínio e a Teca, pela paciência, carinho e compreensão.

A todos os autores dos livros que li nos últimos cinco anos e a todas as bandas que serviram de trilha sonora, por compartilharem suas idéias e sentimentos.

A todos, muito obrigado!

SILVA, Ricardo de Souza. *Re-significando a Violência? Avaliando os Programas de Intervenção junto aos Agressores*, 2010. Orientador: Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Junior.

Resumo

A violência contra a mulher é hoje grave problema mundial. A violência nas relações de gênero tem por base um processo conhecido como socialização de gênero, que se baseia nas expectativas sociais e culturais relativas a cada sexo. Nessa perspectiva, a identidade sexual é tida como uma construção que vai além das características biológicas. Consideraremos aqui que, para ser homem, basta nascer com o órgão sexual masculino, e chamaremos de masculinidade a forma como é exercido esse papel social. Identificou-se nos homens agressores um forte elo entre virilidade e violência, calcado sobre o horror à feminilização, e o uso do domínio e controle como as ferramentas mais comumente utilizadas contra suas companheiras. A Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) prevê a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores. O objetivo geral desses grupos de homens é criar condições para que os mesmos reflitam sobre seu comportamento e sobre outras formas de resolução de conflito. Dado que no Brasil estamos começando a tarefa de implementação desses centros, se tornou importante conhecer a experiência de campo daqueles que se adiantaram nessa empreitada. Assim, tivemos como objetivo realizar uma discussão da revisão bibliográfica de artigos que avaliavam as experiências de trabalhos com homens agressores desenvolvidas em outros países. O modelo feminista, pelo pioneirismo e ampla aceitação da opinião pública sobre a posição desigual da mulher na sociedade, tem sido o mais influente na elaboração dos programas, tendo orientado a construção de políticas públicas e os modelos de implementação. Nos estudos que avaliam os programas de intervenção junto aos agressores, são dois os principais meios utilizados para verificar sua eficácia: as taxas de reincidência e a verificação de mudanças comportamentais. Os resultados dessas avaliações indicam uma efetividade baixa, mas significativa. Os pesquisadores atribuem esse resultado à própria forma de avaliação utilizada. Os programas de intervenção devem ser olhados como uma das peças chave do esforço geral de prevenção da violência. Os programas mais eficazes na sua atuação têm trabalhado em parceria com autoridades da justiça penal, centros de apoio às vítimas e com os advogados destas. Podemos entender como necessária não só a reeducação dos agressores, mas de toda a sociedade em relação à administração dos conflitos interpessoais. O foco deveria mudar da coibição da violência para a sua prevenção. Novos meios de lidar com os conflitos precisam ser explorados e as posições de gênero repensadas desde a infância.

Palavras-chave: Homens; Agressores; Violência contra a mulher; Programas de Intervenção.

Sumário

Introdução	p.1
<i>Violência de gênero / violência contra a mulher</i>	p.1
<i>Homem e masculinidades / Violência e masculinidades</i>	p.3
<i>Homens Agressores</i>	p.5
<i>O trabalho com homens agressores</i>	p.6
Método	p.10
Avaliando os Programas de Intervenção junto aos Agressores: Disputas e Debates	p.11
<i>Uma aproximação aos modelos de intervenção</i>	p.14
<i>Como avaliar os BIPs?</i>	p.16
<i>Efetividade dos programas de intervenção: “baixa, mas significativa”?</i>	p.20
Considerações Finais	p.22
Referências Bibliográficas	p.24

Introdução

Disseram-me uma vez, em algum momento da graduação, que não escolhemos o tema de nossas pesquisas, mas eles nos escolhem. Violência tem sido um tema recorrente ao longo de minha formação em sentido amplo. Impulsionado por discussões sobre jogos eletrônicos e interpretativos, músicas e artes plásticas, tendo presenciado e sofrido diversos casos de violência, me vi continuamente estimulado a conhecer e debater melhor o tema, me afastando dos discursos cristalizados no cotidiano.

Desde os primeiros trabalhos desenvolvidos para as diversas disciplinas do curso de graduação em Psicologia na PUC-SP, meu interesse tem se voltado ao debate do tema violência em seus diversos aspectos. No início, chamou-me a atenção nessa época que quase tudo que se lia ou assistia a respeito do tema falava de homens, e talvez pela primeira vez tenha estranhado o universo violento no qual os homens estão imersos, algo que até então não havia questionado, tendo naturalizado tal questão. Tendo posteriormente a oportunidade de ingressar em um projeto de Iniciação Científica que teve como base as discussões sobre gênero, pude começar a melhor compreender alguns aspectos relevantes da diferente formação de homens e mulheres, e a relação disso com essa cultura da violência.

A partir desses trabalhos, meu interesse ganhou contornos mais claros em torno dos temas que mais me chamavam a atenção, que eram os relacionamentos amorosos, a violência e a masculinidade, e comecei a procurar então um tema que pudesse contemplar esses interesses, chegando aos trabalhos que tratam dos conceitos de violência doméstica, violência de gênero e violência contra a mulher.

Violência de gênero / violência contra a mulher

A violência contra a mulher é hoje grave problema mundial. As Nações Unidas definem a violência contra a mulher como: “Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade sejam na vida pública ou privada”. (JARSCHEL, H. et al., 2008, p.5)

Segundo o Caderno de Atenção Básica: “Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço”, do Ministério da Saúde (2001), pesquisas realizadas em diversos países demonstram pelo menos uma ocorrência de violência de maridos ou companheiros contra suas esposas em cada quatro casais. No Brasil, segundo Venturi, Recaman e Oliveira (2004), uma mulher é agredida a cada 15 segundos e cerca de 70% dos agressores são homens. Os dados demonstram que 19% das mulheres declaram espontaneamente algum caso de violência perpetrado por um homem, sendo 16% casos de violência física, 2% de violência psicológica e 1% de assédio sexual. Mas os números aumentam quando estas são estimuladas, chegando a 43% de mulheres violentadas por um homem, sendo 27% de casos de violência psíquica e 11% de assédio sexual.

Foi a partir da segunda metade do século XX, que a violência conjugal deixou de ser vista como um problema privado do casal para ser compreendida como um problema social e de saúde pública, tendo fundamentos nas pesquisas que procuravam desnaturalizar as relações entre homens e mulheres, opondo-se as tradicionais explicações com base na biologia, passando a compreendê-las como construções sociais. (MONTEIRO e SOUZA, 2007).

Na década de 80, os assassinatos de mulheres cometidos de forma brutal por seus maridos ou ex-companheiros obtiveram grande repercussão na mídia e mobilização popular, sendo atualmente conhecido por todos o jargão popular: “quem ama não mata”, difundido pelo movimento feminista para conscientização da população no caso do assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, fazendo frente à tese de “legítima defesa da honra” (OLIVEIRA; SOUZA, 2006; SAFFIOTI, 2004).

Resultante dessa luta de cerca de 30 anos, a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, configurando-se numa ação afirmativa de caráter temporário que tem como finalidade acelerar o processo de igualdade baseada no gênero, combatendo um padrão específico de violência que atinge as mesmas. A definição de violência contra as mulheres na lei é ampla, englobando diversos aspectos da vida delas e abarca a multiplicidade das formas de abuso e agressão as quais elas estão submetidas, a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A violência nas relações de gênero tem por base um processo conhecido como socialização de gênero, que se baseia nas expectativas sociais e culturais relativas a cada sexo. Essa perspectiva tem como premissa então que a identidade sexual é uma construção, que vai além das características biológicas.

Segundo Sartori (2001, citado por Muszkat, 2003):

Os papéis de gênero são socialmente construídos a partir de um conjunto de normas e prescrições que a sociedade e a cultura ditam sobre o comportamento masculino ou feminino, enquanto as relações de gênero são vistas como práticas cotidianas do masculino ou feminino, ou seja, são relações de poder. (p. 182)

Ao feminino são atribuídas qualidades "passivas", tais como fragilidade, docilidade, resignação e dependência. Já ao masculino estão associadas às qualidades mais "ativas", como força, praticidade, agressividade, dinamismo e independência. No processo de construção da identidade de gênero, ocorre uma diferenciação do que é ser homem ou mulher, sendo considerado indesejável tudo que pertence ao masculino em uma mulher e todo o feminino em um homem. Sendo as relações de gênero relações de poder, nessa cultura patriarcal, que define os homens como detentores do poder dando-lhes posição de prestígio, e às mulheres um lugar de fraqueza e submissão, um homem que apresente características ditas femininas perde sua identidade, e todos os dias homens matam e morrem para não perderem seu privilégio, nem sempre evidente, o que significa ganhar, ser forte, ter poder. O poder apresenta dois pólos, a potência e impotência, sendo que as mulheres são socializadas para lidar com a impotência, e os homens preparados para o exercício do poder. Acredita-se que é no momento de vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações desse tipo (SAFFIOTTI, 2004).

Há uma certa tendência de isolarmos o sujeito identificado como agressor, em geral um homem, no intuito de pouparmos do sofrimento aqueles identificados como vítimas, seguindo uma tendência maniqueísta e valorativa, que atribui um valor negativo ao homem e positivo a mulher e filhos, o que leva a considerar esses últimos como merecedores exclusivos de cuidado. Uma análise desconstrutivista dos estereótipos masculinos permite averiguar questões como: qual o papel reservado ao homem quando é atribuído o papel de vítima à mulher? Que opções ele tem quando

não lhe é dada a possibilidade de inclusão, de amparo e de escuta? Visto apenas como agressor, leva-se o homem gradualmente a um processo de exclusão na família e na sociedade, não lhe sendo aberta nenhuma possibilidade de reparação ou inclusão em um sistema ideológico alternativo. (MUSZKAT, 2003).

Conforme Jarschel et al. (2008, p. 20), “[...] tanto gênero quanto masculinidade, são noções fluidas e situacionais que variam dependendo da forma como as relações se estabelecem em determinada situação [...]”. Sendo assim, existem muitas definições para a pergunta “o que é ser homem?”. Consideraremos aqui que, para ser homem, basta nascer com o órgão sexual masculino, e chamaremos de masculinidade a forma como é exercido esse papel social. São múltiplas as possibilidades de exercício da masculinidade, mas dentro da sociedade há uma escala, que vai desde o homem feminino até o machista. Acompanhando essa escala, temos um juízo de valor social, do menor ao maior valor, respectivamente. (JARSCHEL et al., 2008; MUSZKAT, 2003)

A associação naturalizada entre masculinidade e agressividade, calcada na biologia (o pênis como órgão sexual, massa e força física superiores à das mulheres) vem levando os homens há muito tempo a se socializarem e serem aceitos como homens de forma geralmente dolorosa, como nos ritos de iniciação. Cada sociedade cria seus homens por meio da imitação, da observação e da orientação direta. Tem-se então uma série de comportamentos esperados para um homem, entre eles ser corajoso, forte, destemido, honrado, valente, viril, negando-se todos os seus opostos, como sensibilidade, cautela, medo e vergonha. Homens e mulheres esperam isso de seus filhos, e a forma pela qual os pais construíram suas identidades de gênero determina fortemente o que será transmitido aos filhos de ambos os sexos. (JARSCHEL et al., 2008; MUSZKAT, 2003)

Nas brincadeiras infantis, espera-se que os meninos escolham aquelas em que possam exercer as condutas acima descritas, bem como a competitividade, a força, o poder e a agressividade. Connell (1995, citado por Muszkat. 2003), descreve que a atividade sexual dos homens jovens relaciona-se menos com manifestações de afeto e mais com a reafirmação narcísica que lhes confira masculinidade, acrescentando que alguns grupos têm no ato violento um sentimento de poder associado à masculinidade. Homens discriminam e são discriminados o tempo todo, por serem altos, baixos, gordos, idosos, deficientes e por tudo mais que os distingue uns dos outros. Pensando na homofobia, e o quanto esse ódio aos homossexuais está ligado

ao ódio dos machistas pelas mulheres, podemos entender esse fenômeno como uma negação do campo emocional e da sensibilidade no homem. Nessa pressão que fixa normas rígidas de papéis e funções para homens e mulheres, tudo que não é masculino é feminino, levando aos homens a negar a emotividade e sensibilidade, pois isso seria a perda de sua masculinidade, pois são atributos do feminino. (JARSCHEL et al., 2008; MUSZKAT, 2003.)

Homens Agressores

Nesse trabalho, compreende-se a violência doméstica como um padrão de comportamentos de controle, o que inclui, entre outros, a agressão física, sexual, abuso emocional, isolamento, coerção econômica, ameaças, perseguição e intimidação. Esses comportamentos são usados pelo agressor em um esforço para controlar o parceiro íntimo. O comportamento pode ser direcionado a outros com o efeito de controlar o parceiro íntimo.

Na revisão da literatura que fazem Cortez, Padovani e Williams (2005), encontramos algumas características desses homens:

“Entre tais características estão: isolamento social, ciúme, baixa auto-estima¹, uso abusivo de álcool ou drogas², insegurança, possessividade, o fato de possuírem visões estereotipadas sobre papéis de gênero³, podendo apresentar, ainda, problemas de personalidade, histórico de violência na infância⁴, depressão e ansiedade⁵. Um aspecto muito característico dos agressores é a tendência à minimização da agressão e/ou negação do comportamento agressivo, culpando a vítima pelo seu comportamento⁶”

¹ Sinclair, 1985; Rynerson & Fishel, 1993; Hamberger & Holtzworth–Munroe, 1999; Soares, 1999.

² Sinclair, 1985; Rynerson & Fishel, 1993; Gondolf, 1993; 1996a; 1996b; 1997; Jasinski & Williams, 1998; Soares, 1999.

³ Sinclair, 1985; Soares, 1999.

⁴ Sinclair, 1985; Rynerson & Fishel, 1993; Gondolf, 1993; 1996a; 1996b; 1997; Jasinski & Williams, 1998.

⁵ Hamberger & Holtzworth–Munroe, 1999.

⁶ Sinclair, 1985; Faulkner, Stoltenberg, Cogen, Nolder & Shooter, 1992; Gondolf, 1993; Rynerson & Fishel, 1993; Hamby, 1998; Hamberger & Holtzworth–Munroe, 1999).

Relatando os resultados da escuta qualitativa de mais de 2000 famílias atendidas na ONG Pró-Mulher, Família e Cidadania, que procuraram o serviço com queixas de violência doméstica durante o período de 1995 a 1997, Muszkat (2001) identificou nos homens violentos “[...] *um forte elo entre virilidade e violência, calcado sobre o horror à feminilização[...]*”, e o uso do domínio e controle como as ferramentas mais comumente utilizadas contra suas companheiras. (p.216)

O abuso do álcool aparece como emblema de masculinidade e cumpre um duplo papel, mantendo a sociabilidade no campo público e servindo de alibi para a inadequação no campo privado. O bar serve de espaço social público para que o homem possa se manter afastado do espaço privado do lar, campo da emotividade que ameaça sua integridade masculina. A violência aparece não só como afirmação de masculinidade, mas como sintoma de sua dificuldade em estabelecer relacionamentos que diferem das noções de ordem e dever esperados devido a sua formação. Através da agressão e da submissão da vítima, o agressor vive um momento de triunfo e reestabelece de forma efêmera o sentimento de domínio e virilidade. Ao escolher a violência como comunicação, encobre assim o desamparo e despreparo para a posição de poder atribuído pela cultura ao homem. (MUSZKAT, 2001).

O trabalho com homens agressores

A Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) prevê a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores, passo que Urra (2008) considera muito importante “[...] *já que pode oferecer dados e estudos que comprovem a capacidade humana de auto-regeneração.*”(p. 21)

Relatando sua experiência de permanência no período de 1997 a 2004 no Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos, Bronz (2005, p. 8) aponta a descoberta de “[...] *que valores tão importantes para os homens como objetividade, honestidade e franqueza poderiam ser usadas como alicerces de uma conversa aberta e profunda sobre a questão da violência [...]*”.

No Brasil, os homens que formam esses grupos geralmente são encaminhados pela Justiça, por funcionários das Delegacias de Defesa da Mulher (policiais, estagiários de psicologia), ou por iniciativa própria, quando tem aberta a possibilidade ao procurarem uma instituição que ofereça a atividade. A maioria apresenta características autoritárias, dominadoras e controladoras, mesclada com fuga e evitação da intimidade. O objetivo geral desses grupos de homens é criar condições para que os homens reflitam sobre seu comportamento e sobre outras formas de resolução de conflito. Procura-se discutir temas que os afligem como a construção sócio-cultural das identidades masculinas, a própria condição de ser homem, a desnaturalização da violência, sexualidade, relações conjugais, parentalidade, buscando sensibilizá-los sobre as conseqüências da violência cometida contra as mulheres, tanto para elas quanto para eles mesmos. Para os pesquisadores, os resultados da participação nesses grupos tem, em geral, se mostrado positivo, apontando indícios de mudança nos discursos e atitudes violentas, mais marcadamente a violência física. (CORTEZ, PADOVANI E WILLIAMS, 2005; JARSCHER et al., 2008; MUSZKAT, 2003; MUSZKAT, 2001.).

No entanto, o desenvolvimento desses trabalhos tem tido pouca repercussão e visibilidade. Apesar de termos ciência de projetos desenvolvidos no Brasil que apareceram na mídia e vem sendo construídos ao longo da última década, como o exemplo do grupo reflexivo no ABC Paulista (JARSCHER et al., 2008), não encontramos um número expressivo de publicações que detalhem e explicitem o modo de funcionamento dos grupos nem que mostrem uma avaliação apurada desses trabalhos. Estamos, no Brasil, ainda no começo dessa tarefa.

Corsi (2006) apresenta uma seqüência de ações governamentais e não governamentais encontradas em estudo comparativo entre países no que se refere à evolução do quadro assistencial e preventivo da violência doméstica, apontando as etapas que se seguem:

- Denúncia do problema, gerando uma consciência da gravidade da situação na sociedade e aparecimento dos programas destinados ao auxílio das vítimas;
- Sistematização dos dados, quantificando o fenômeno e descrevendo suas diversas manifestações;

- Propostas de projetos e políticas públicas a partir dos dados dessa investigação, o que inclui reformas legais e capacitação dos setores de Saúde, Educação e Justiça, e a avaliação dos programas de assistência às vítimas;
- Só a partir desse momento aparece a necessidade de projetos de assistência aos perpetradores da violência, seja pelo número crescente de mulheres que participam dos programas agora permitir uma pressão no sentido de levar esses homens a assumirem a responsabilidade pela violência e reabilitação, seja pela tentativa de coibir a reincidência da agressão por parte desses homens em novos relacionamentos, no caso daqueles que acabaram por se separar ou divorciar.

Considero que, na sequência indicada, nos encontramos no segundo e terceiro pontos apresentados, estando os poucos trabalhos vanguardistas com os agressores nos seus primeiros passos.

No percurso que fiz para a construção desse projeto encontrei algumas dificuldades na aproximação do objetivo estipulado, de conhecer o modo como é realizado o trabalho com o grupo e os resultados destes trabalhos. Pensei num primeiro momento em buscar o contato com os participantes após a conclusão do grupo, investigando a percepção desses homens quanto à experiência de participação no grupo e o que estes identificariam como mudanças e permanências no campo da violência após a experiência. Essa idéia inicial sofreu algumas modificações frente à possibilidade que me foi aberta de participação em um grupo reflexivo, que foi posteriormente cancelada pela não formação do grupo. Pela dificuldade em conseguir contato com outros grupos de trabalho, pensei em outras possibilidades, que mantinham o objetivo geral, mas se desviavam em seu foco da idéia original. No auxílio e presença constante do meu orientador, se apresentou a tarefa de estabelecer novos objetivos para esse trabalho de conclusão. Partindo dessa dificuldade em encontrar grupos em atividade no momento dessa pesquisa, pensei em contatar os profissionais que trabalharam com esses homens, na tentativa de compreender o trabalho com os homens sob a perspectiva dos profissionais do campo da saúde. Dado que os prazos para os procedimentos junto ao comitê de ética estavam muito próximos não tive tempo hábil para construção de uma metodologia e ferramentas para a condução do projeto nessa direção. Surge, então, a possibilidade de análise de um filme, *“Te doy mis ojos”*, filme de 2003 dirigido por Icíar Bollaín, em que poderia acompanhar a trajetória do protagonista, um agressor que procura auxílio junto ao

grupo reflexivo. Tal empreitada foi ao longo de sua produção se mostrando insatisfatória frente ao material coletado até aquele momento, sendo por fim abandonada. Como objetivo deste trabalho aparece, então, a idéia de uma revisão bibliográfica de artigos que avaliavam as experiências de trabalhos com homens realizados em outros países.

Um comentário encontrado no trabalho Homens, Masculinidade e Políticas Públicas (2009) sobre a necessidade de estratégias de prevenção da violência nos indica então ser esse um caminho relevante para a pesquisa:

“(...) Essas estratégias necessitam de maior debate, notadamente o que diz respeito à reabilitação dos homens autores de violência. Não existe protocolo de atendimento a homens autores de violência, e de que maneira e por quem esse tipo de atendimento deve ser oferecido. O PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) prevê a construção de 53 centros de educação e reabilitação para os agressores. Prevê ainda a implementação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, delegacias especializadas e núcleos especializados nas defensorias públicas. A meta é realizar, por meio de parcerias com tribunais estaduais de justiça, ministérios públicos e defensorias públicas, cerca de 70 mil atendimentos até 2011. No entanto, essas iniciativas necessitam de sistematização e de avaliação do seu impacto na mitigação da violência contra a mulher.” (p. 23-24)

Dado que no Brasil estamos começando a tarefa de implementação de centros de educação e reabilitação desses homens, se tornou importante conhecer a experiência de campo daqueles que se adiantaram nessa empreitada. Assim partimos para a tarefa de conhecer a produção internacional sobre o assunto, buscando trabalhos que avaliavam os programas de atendimento a homens agressores que são desenvolvidos em outros países. Quais são os trabalhos desenvolvidos, os modelos teóricos que os sustentam, como funcionam e se desenvolvem esses grupos e quais os resultados encontrados nas avaliações feitas sobre esses programas voltados para os homens agressores são as perguntas que procuramos responder no presente trabalho.

Método

Para responder as questões deste estudo, optei por uma revisão bibliográfica baseada numa abordagem de pesquisa qualitativa.

Os trabalhos foram levantados pelos indexadores *Scielo*, *Lilacs* e *Google Acadêmico* com as palavras-chave *batterer*, *domestic violence*, *men*, *masculinity*, *masculinities*, *intervention*, *prevention programs*. Os artigos abordam como tema principal a avaliação dos *Batterer Intervention Programs* em alguns países, principalmente Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, apresentando os mais diversos modelos de avaliação.

Num primeiro momento, diante do material coletado, busquei identificar e classificar sua fonte e natureza: artigos, folhetos, sinopses de livros, manuais de programas, relatórios governamentais. Em seguida, realizei uma primeira leitura dos resumos dos artigos e das apresentações dos outros materiais, procurando separar para uma leitura mais aprofundada aqueles de maior relevância para o objetivo do meu trabalho.

Os trabalhos que foram dedicados a uma extensa revisão bibliográfica serviram como modelo para a apresentação dos dados. Sendo assim, os diversos artigos foram então agrupados, buscando mostrar cada ponto tratado nos textos selecionados de forma aprofundada em uma ordem de apresentação que nos parece mais apropriada, iniciando pelos fundamentos teóricos que guiam a formação dos programas de intervenção, seguido então da descrição da prática, das formas de avaliação dos programas e dos resultados encontrados nessa avaliação.

Avaliando os Programas de Intervenção junto aos Agressores: Disputas e Debates

Os trabalhos de atendimento aos homens agressores começam a ser pensados a partir da discussão feminista da década de 70 sobre a dominação masculina na sociedade. Os trabalhos pioneiros da década de 80 surgem como proposta de intervenção no sentido de levar aos homens à responsabilização pela agressão e pela mudança de comportamento. Dada a rápida expansão e proliferação desses grupos, foram criados modelos e normas de implantação que seguiam o modelo majoritário nos grupos em atividade. Ao longo das duas últimas décadas, tais modelos e grupos têm sido avaliados e questionados quanto a sua efetividade e abrangência. Aqueles que se dedicaram a avaliação dos BIPs (*Batterer Intervention Programs*) encontraram as mais diversas dificuldades em sua realização, localizando diferentes problemas teóricos e metodológicos nessa empreitada. Esses problemas são debatidos ao longo dos diferentes artigos pesquisados e serão apresentados em conjuntos para uma melhor discussão.

Diferentes abordagens para o mesmo problema

O debate realizado ao longo das últimas décadas pelos profissionais das mais diversas áreas sobre as causas da violência doméstica e em especial a violência contra a mulher geraram teorias diferentes em sua ênfase quanto ao problema principal a ser enfrentado, produzindo assim diferentes formas de atuação para a solução do problema. Pode-se dividir essas teorias e modelos de intervenção em três grandes categorias, tendo como critério a localização da causa da agressão do homem contra a mulher: na sociedade e na cultura (no modelo feminista), na família (sistemas familiares e modelo interacionista) ou no indivíduo (psicoterapia em geral e o modelo cognitivo comportamental). Ao longo do tempo, os profissionais e seus métodos se aproximaram abordando a violência doméstica como um problema multidimensional e hoje a maioria dos programas, apesar de manter o foco em uma das três categorias apresentadas, combina elementos de diferentes modelos. (HEALEY & SMITH, 1998)

O modelo feminista, pelo pioneirismo e ampla aceitação da opinião pública da posição desigual da mulher na sociedade, tem sido o mais influente na construção dos programas, tendo orientado a construção de políticas públicas e modelos de implementação. As principais críticas feitas a ele se referem à exclusividade dada aos

fatores socioculturais e a idéia de que a agressão seja um reflexo da organização patriarcal da sociedade, o que tornaria todos os homens passíveis desse comportamento abusivo. Outra crítica importante indica que o processo educativo nesses modelos é muito incisivo e vai em direção ao confronto, levando os participantes a assumirem uma posição defensiva. Além disso, os programas seriam muito informativos, mas não deteriam o comportamento agressivo. (HEALEY & SMITH, 1998)

Os sistemas familiares caminham no sentido de que a violência doméstica é resultante de uma família disfuncional e cada membro dela é responsável pela situação. Nesse sentido, as intervenções se voltam para o ensino de técnicas de comunicação e resolução de conflitos para ambos os parceiros, e intervenções no formato de aconselhamento de casal. Esse modelo é o menos creditado para a situação de violência doméstica, sofrendo críticas dos outros dois modelos, pois expõe a vítima e a culpabiliza pela agressão. Tal aproximação foi proibida em 20 estados norte americanos, onde a esmagadora maioria dos BIPs segue a proposta de que a agressão é de responsabilidade do agressor e nunca se deve culpar a vítima. (AUSTIN & DANKWORT, 1998; HEALEY & SMITH, 1998)

A perspectiva psicoterapêutica envolve a busca de transtornos de personalidade e/ou experiências traumáticas (abuso infantil, rejeição, etc.) que levaria o indivíduo à violência, que seria então um sintoma. Dessa base formaram-se duas formas de intervenção: terapia psicodinâmica (individual ou em grupo) e terapia cognitivo comportamental em grupo, usando o método e técnicas relativas a cada abordagem psicológica. A crítica ao modelo psicodinâmico se volta para o problema da continuidade do comportamento violento durante o processo, sendo inviável aguardar que o problema possa ser trazido à consciência e resolvido, pois há risco para as vítimas, e também não há indicações de como parar o comportamento agressivo, como no modelo feminista e no cognitivo comportamental. Esse último, aliás, recebe muito apoio, pois o modelo cognitivo comportamental se encaixa na perspectiva da justiça criminal pois foca no comportamento agressivo e na mudança deste comportamento apenas, não tentando se aprofundar em fatos mais abrangentes de desigualdade social ou problemas psicológicos profundos. A crítica feminista a esse modelo aponta para a falha na explicação da especificidade do comportamento agressivo frente a mulher, dado que muitos agressores não são violentos em outras relações, indicando que possuem controle da agressividade e escolhem quando manifestá-la. (HEALEY & SMITH, 1998)

Em 1996, nos Estados Unidos, mais da metade dos estados aprovou um modelo estrutural para a construção dos BIPs em seus territórios, baseado nas normas dos BIPs mais difundidos, e que descreve como certificar o programa, relação com sistema judicial, duração de tratamento, pagamento, meios de avaliação, conteúdo e forma de funcionamento. A maior crítica a tal ação foi a produção de uma fórmula única de atendimento a violência doméstica enquanto as pesquisas apontavam não só um melhor estudo sobre essa forma de trabalho mas também a necessidade de várias formas de aproximação do problema. (HEALEY & SMITH, 1998; MICHIGAN, 1998)

Considerando a diversidade da população de agressores, surgiram nos últimos dez anos, das pesquisas e dos trabalhos que estavam sendo praticados até então duas novas categorias para aperfeiçoar os programas de intervenção: a primeira baseada em uma tipologia dos perpetradores de violência (resultantes de históricos psicológicos e criminais) e uma segunda categoria que visa atender populações com especificidades socioculturais (como classe social e etnia). (HEALEY & SMITH, 1998)

Não há um consenso sobre as categorias psicológicas entre os pesquisadores. Tal investigação tem sua relevância no campo teórico mas não apresenta soluções concretas para o sistema judicial dado o trabalho que precisaria ser realizado primeiro na construção de uma classificação clara e depois na efetivação da avaliação antes da condenação e indicação ao grupo. Nesse sentido, a tipologia da justiça criminal tem sido mais útil o campo da prática, pois normalmente se classifica as ofensas e seus graus de periculosidade, o que serve de guia para a tomada de decisão sobre a pena e a indicação para um tratamento. Históricos criminais, informações demográficas e dados sobre o abuso de substâncias tem sido levantados em pesquisas que procuram classificar os agressores em duas dimensões: risco de abandono do tratamento e reincidência da agressão. (HEALEY & SMITH, 1998)

Alguns programas escolheram uma aproximação das questões socioculturais que afetam sensivelmente a adesão ao tratamento, procurando ajustar o processo às condições socioeconômicas, orientação sexual, e identidade racial ou étnica dos participantes. São citados nos estudos grupos de afro descendentes, imigrantes asiáticos, e latinos de língua espanhola. Essa adaptação se justificaria na visão dos críticos da fundamentação feminista que entendem que o problema da maioria dos programas para homens agressores é que eles consideram que existe um modelo universal de controle coercitivo nas relações, e buscam ensinar aos participantes alternativas a esse controle coercitivo combatendo as crenças subentendidas de

supremacia masculina, desconsiderando ou dando atenção mínima para fatores como classe social, raça, etnia e outras questões do contexto vivido. (HEALEY & SMITH, 1998; MEDEROS & PERILLA, s/d)

Sobre esse pano de fundo, os pesquisadores encaminham a avaliação dos programas em curso, analisando a consistência interna do programa, ou seja, se ele cumpre os objetivos que se propôs, conduzindo avaliações entre diferentes programas, verificando a compatibilidade desses modelos com as expectativas do sistema jurídico, e pesquisando melhorias no serviço.

Nas pesquisas realizadas sobre os resultados desses programas há uma unanimidade para a resposta sobre sua efetividade: “*baixa, mas significativa*”. Para compreender esse resultado, precisamos primeiro conhecer um pouco do funcionamento dos BIPs e como são conduzidas as avaliações.

Uma aproximação aos modelos de intervenção

Os programas mais difundidos são também os pioneiros desse tipo de intervenção. A maioria dos programas nos Estados Unidos segue o modelo Duluth. Criado nos anos 80 pelo *Domestic Abuse Intervention Project of Duluth*, Minnesota, esse modelo coloca a agressão no contexto de uma série de táticas de controle, junto a intimidação, coerção, ameaça e isolamento social, e enfatiza a importância de uma resposta coordenada da comunidade ao problema. Esses programas têm como filosofia o modelo feminista e buscam uma responsabilização do agressor pela violência e pela mudança no seu comportamento destrutivo. Boa parte dos grupos que desenvolve os programas deixa claro que a participação no grupo não é uma garantia de que os homens não voltarão a agredir e tal intervenção não deve ser pensada como meio para salvar a relação. (ADAMS & CAYOUE, 2002; AUSTIN & DANKWORT, 1998; CONTRINO, DERMEN, NOCHAJSKI, WIECZOREK & NAVRATIL, 2007; HEALEY & SMITH, 1998; HOVMAND, 2000; JACKSON, FEDER, FORDE, DAVIS, MAXWELL & TAYLOR, 2003; MICHIGAN, 1998)

Na sua maioria, os homens são enviados pela Justiça como parte do cumprimento da condicional. Uma entrevista inicial é realizada no intuito de levantar dados sobre o cliente e criar um primeiro vínculo com este. O contato com as vítimas é requerido sempre, sendo realizadas entrevistas individuais com a mesma, procurando conhecer a situação e permitindo assim o auxílio às suas necessidades. Também lhe

são dadas informações acerca do programa e ao longo do tratamento são feitos contatos periódicos com as mesmas (mensal, bimestral ou trimestral). Dos homens que recusam a participação, a principal razão apresentada é a participação em outro tipo de grupo, que este acredita ser mais apropriado ao seu caso, como grupos de abuso de substâncias ou de transtornos mentais. Outra causa apresentada para não participar do grupo está na impossibilidade de pagar as sessões. Alguns grupos consideram que os homens que não assumem que cometeram violência não estão prontos para o tratamento, então assumir a responsabilidade passa a ser o primeiro passo para a aceitação no grupo. (ADAMS & CAYOUCETTE, 2002; AUSTIN & DANKWORT, 1998; CONTRINO, DERMEN, NOCHAJSKI, WIECZOREK & NAVRATIL, 2007; HEALEY & SMITH, 1998; HOVMAND, 2000; JACKSON, FEDER, FORDE, DAVIS, MAXWELL & TAYLOR, 2003; MICHIGAN, 1998)

O modelo EMERGE é, dentre aqueles baseados no Duluth o mais flexível e interativo. Parte do princípio de que o comportamento violento é um conjunto de comportamentos aprendidos que visa diminuir a auto-estima e independência da vítima, e que ele é sempre uma escolha daquele que agride para ganhar e manter controle na relação. O modelo tem 40 encontros programados, divididos em duas partes, uma primeira de 8 sessões iniciais e uma segunda com as 32 sessões. Dos homens que participam do grupo, em geral 75% são encaminhados judicialmente e precisam participar no mínimo das 40 sessões, como exigência da pena condicional. Os demais 25% são encaminhados pelo departamento de Serviço Social, outras agências e voluntários que acabam conhecendo o programa. Os voluntários são sempre questionados sobre o interesse na participação em 40 sessões, e para aqueles que não desejam, oferece-se a participação no primeiro estágio de 8 sessões, para que possam depois tomar uma decisão mais acertada quanto a continuidade, agora conhecendo o funcionamento do grupo. Começa a intervenção com uma fase de orientação que consiste em um processo educativo e propõe sessões de construção de novas habilidades. Aqueles que completam essa primeira fase seguem um programa que tem como ênfase a mudança na forma de interação com a parceira como um todo, e utiliza técnicas cognitivo-comportamentais de reconhecimento das condições que eliciam o comportamento agressivo, controle da raiva (*time-out*), técnicas de comunicação (como chamar a companheira pelo primeiro nome, mudando o tratamento possessivo, por exemplo: “minha esposa”). Os grupos são co-facilitados por uma dupla de líderes, sendo sempre um homem e uma mulher. Essa tem se mostrado a melhor montagem, pois os participantes acabam demonstrando mais diretamente sua atitude negativa diante de uma mulher, principalmente no começo do programa, onde frequentemente

eles interrompem, desafiam ou ignoram a presença feminina no grupo. Em grupos em que há apenas um homem como facilitador, se torna mais difícil identificar esse comportamento abusivo e desrespeitoso, pois diante de outros homens esse comportamento é exibido menos frequentemente, e a relação dos participantes com o facilitador é mais amistosa. (ADAMS & CAYOUE, 2002)

Como avaliar os BIPs?

Nos estudos que avaliam os programas de intervenção junto aos agressores são dois os principais meios utilizados para verificar sua eficácia: as taxas de reincidência e a verificação de mudanças comportamentais. (BENNETT, 2002; BENNETT & WILLIAMS, 2001)

Dado que a segurança da vítima é o fator mais importante para a construção desses programas, a reincidência é um importante indicador da manutenção dessa regra. A reincidência tem sido verificada através de relatos do próprio agressor, relatos das vítimas ou então registros na justiça criminal. Procura-se perguntar as vítimas se elas estão seguras durante e após a permanência do agressor no programa, sendo essa a melhor fonte para descrever os abusos e prever sua ocorrência futura. No entanto, o contato com as vítimas nem sempre é possível. Muitos casais se separam, sendo que o agressor passa a morar com outra parceira ainda durante o processo grupal. As vítimas também mudam de endereço e telefone, dificultando o acesso. Como alternativa aos relatos das vítimas procura-se registros na justiça. Os relatórios oficiais seriam os melhores indicadores do sucesso dos programas de intervenção, mas eles abrangem apenas aqueles que terminaram o programa, ficando de fora dos registros aqueles que abandonaram o grupo, ou tiveram problemas judiciais enquanto da participação do grupo (quebra da condicional, prisão por outros crimes). Um dado relevante nesse ponto é que a maioria daqueles que encerra o programa são brancos, de classe média empregados e casados, em parte por ser essa a condição da maioria dos facilitadores dos grupos. Um outro problema nessa verificação está no fato de a participação nos grupos levar os agressores a mudarem o método de controle,

trocando a agressão física por outras formas de agressão, menos perceptíveis como tal pelas vítimas, como intimidação, ameaça de isolamento, entre outras, que, não sendo relatadas, dão um falso aspecto de melhora do problema e não reincidência. (BENNETT, 2002; BENNETT & WILLIAMS, 2001)

A verificação de mudanças comportamentais são também um forte indicador da eficiência dos programas de intervenção, pois eles focam, em sua maioria, a mudanças de atitude e aprendizagem de habilidades. A aceitação de responsabilidade pela violência, a mudança de atitude em relação às mulheres, ou a diminuição do nível de hostilidade é de fato promovida pelos programas de intervenção? (BENNETT, 2002; BENNETT & WILLIAMS, 2001)

Outro fator que tem sido relevante por ser um dos principais complicadores para a avaliação da efetividade dos programas de intervenção com homens agressores é a ocorrência de problemas considerados paralelos, como desemprego, abuso de substâncias e transtornos mentais. Normalmente, esses fatores não são considerados como causas da violência doméstica, mas sua presença torna a intervenção mais difícil e muitas vezes conduz a resultados negativos. Normalmente, os homens com esse tipo de condição desistem dos programas. Alguns estudos retiraram esses homens do quadro de sujeitos pesquisados tentando isolar essas variáveis. Mas como se torna cada vez mais comum a presença desses fatores entre os participantes dos grupos de intervenção, as avaliações que os excluem se tornam cada vez menos válidas. Os estudos que se voltam para as teorias psicoterapêuticas insistem em demonstrar que fatores como status do casal, condições de moradia e empregabilidade são melhores indicadores quando se trata de prever a reincidência do abuso, e afirmam que a consideração destes fatores como paralelos a causa da violência tem sido na verdade uma manutenção discursiva das teorias comportamentais e feministas em detrimento aos dados encontrados nas pesquisas empíricas, e advogam uma melhor documentação das ocorrências desses fatores, através de instrumentos que permitam medidas mais precisas e uma descrição rica das ligações entre o abuso de substância, doença mental, e de agressão por parceiro íntimo. (BENNETT, 2002; BENNETT & WILLIAMS, 2001; BOCKO, CICHETTI, LEMPICKI & POWELL, 2004; MEDEROS & PERILLA, s/d; STOVER, 2005)

Versando sobre a confiança nos trabalhos de avaliação dos programas de intervenção, é apresentada uma divisão em três categorias de estudo: não-experimental, *quasi experimental* e experimental, onde a confiança é menor no primeiro e maior no último.

Segundo essa classificação, os trabalhos não experimentais procuram medir a reincidência pelos relatos das vítimas e novas detenções no período após o término da participação no grupo, o que, segundo esses autores, não consegue demonstrar os efeitos da participação no programa de intervenção por não comparar homens que realizaram o programa com outros que não o fizeram, e também não abordam a possibilidade da influencia de outros fatores na reincidência.

Os estudos *quasi experimental* são mais rigorosos e usam alguma forma de comparação, mas quando colocam aqueles que terminaram o programa como oposto aos que não terminaram, fazem o programa parecer mais efetivo ao desconsiderar diferenças que diriam respeito a características individuais daqueles que permanecem no grupo daqueles que desistem. Os que desistem, aliás, possuem várias características dos homens que mais facilmente voltam a agredir: estão desempregados, são jovens, fazem uso abusivo de substâncias e não tem um relacionamento estável.

Os programas experimentais usam como grupo controle homens que não participaram dos programas com aqueles que participaram. Compara-se condições aleatórias dos BIPs, como intensidade e duração do tratamento e/ou o modelo de intervenção utilizado. Como exemplos desse tipo de pesquisa, são muitas vezes citados o *Broward Experiment* e o *Brooklyn Experiment*. O estudo *Broward* compara homens que passaram por um programa de intervenção com homens que estavam apenas sob condicional no que diz respeito à reincidência de abusos leves ou graves, violações de condicional e atitudes de violência doméstica. O estudo *Brooklyn* comparou homens que completaram 39 horas, em 8 semanas de encontros grupais, homens que terminaram as 39 horas, em 26 semanas de encontros grupais, e os homens que não compareceram (grupo de vigilância apenas) sobre a mesma medida. Os dois estudos verificaram a taxa de reincidência através de relatos do próprio agressor, relatos das vítimas ou então registros na justiça criminal. No estudo *Broward* não houve diferença na taxa de reincidência ou atitudes sobre violência doméstica. O estudo *Brooklyn* mostrou apenas que a taxa de reincidência foi um pouco menor para homens que participaram do grupo de 26 semanas. Esses resultados são frequentemente utilizados pelos pesquisadores para questionar a escolha do modelo feminista (Duluth e outros) como protocolo padrão e defendem melhores estudos sobre as outras formas de intervenção, como os programas de base cognitivo-comportamental, os programas baseados em tipologias ou perfis (seja de base psicológica ou da justiça penal) e aconselhamento de casais. (JACKSON,

FEDER, FORDE, DAVIS, MAXWELL & TAYLOR, 2003; BENNETT & WILLIAMS, 2001)

Os estudos também mostraram uma grande porcentagem de homens que abandonam o grupo antes da conclusão. Essa tem sido uma preocupação dos pesquisadores, que já propuseram ajustes nos programas relativos às diferenças culturais, como apresentado anteriormente, no sentido de aumentar a adesão e participação dos homens no grupo sendo sensíveis a essas diferenças. (BENNETT & WILLIAMS, 2001; HEALEY & SMITH, 1998)

Outros pesquisadores se debruçaram sobre a questão da adesão como parâmetro capaz de indicar a efetividade dos programas de intervenção. Em um estudo realizado por Contrino, Dermen, Nochajski, Wieczorek & Navratil (2007) em Nova York com homens agressores que completaram o '*Domestic Violence and Abuse Course for Men (DVACM)*' (curso de 26 semanas no modelo Duluth) buscou-se verificar se a participação ativa no programa de intervenção aumenta a probabilidade de mudança do comportamento abusivo. Na entrevista de desligamento do programa, usa-se um questionário que visa conhecer as mudanças nas condições de vida (empregabilidade, status do relacionamento, etc.) do cliente e verificar se ele identifica formas de manutenção de poder e controle, se reconhece os meios que usou para abusar da parceira e se este pode identificar diferentes tipos de comportamento que não são controladores. Os pontos de identificação dos comportamentos de controle e não-controle são calculados separadamente, contando o total de formas de comportamentos de controle e não controle que o cliente é capaz de relatar.

"The compliance criteria form used by the DVACM staff was adapted from Edward Gondolf's (1995) discharge criteria, which were created to help mental health providers and group facilitators measure clients' levels of attendance, nonviolence, sobriety, acceptance, using techniques, helpseeking, process consciousness, active engagement in the program, selfdisclosure, and use of sensitive language on a scale ranging from 1 (*very little present*) to 5 (*extremely present*). A compliance score for each client was calculated by summing responses to these items." (p. 1559)

Apresentando os resultados dessa pesquisa, os autores indicam que os dados sugerem que apenas a presença dos clientes no grupo de intervenção não é suficiente para garantir que eles aprendem as formas de poder e controle e os tipos de comportamentos não controladores. Os clientes que demonstraram estar conscientes

do processo e relataram o uso das técnicas ensinadas, mostrando envolvimento com o programa demonstraram maior mudança dos comportamentos abusivos. Tal resultado indica novas áreas de pesquisa, que explorem modos de aumentar a motivação dos homens para a participação nos programas. (CONTRINO, DERMEN, NOCHAJSKI, WIECZOREK & NAVRATIL, 2007)

Efetividade dos programas de intervenção: “baixa, mas significativa”?

Podemos agora nos deter sobre a questão da aplicação dos resultados encontrados nas avaliações no campo prático.

Os pesquisadores não consideram uma surpresa o pequeno efeito dos programas encontrado nas avaliações. Eles atribuem esse resultado à própria forma de avaliação utilizada. Os programas de intervenção não são tratamentos no sentido médico ou terapêutico. Eles devem ser olhados como uma das peças chave do esforço geral de prevenção da violência, ou seja, analisar qualquer um dos elementos dessa cadeia (detenção policial, execução da justiça criminal, pena condicional, serviço de apoio às vítimas) de forma independente e isolada só leva a uma compreensão parcial. Uma redução efetiva da violência doméstica é encontrada nas comunidades em que há uma forte combinação e articulação desses elementos. (BENNETT & WILLIAMS, 2001)

Nas pesquisas que buscam levantar a questão sobre os efeitos de grupos diferentes, ou se há melhores métodos para diferentes tipos de agressores, o dado que aparece como significativo está relacionado ao tempo, sendo que os programas de longa duração demonstram uma pequena vantagem. Não se espera que apenas o programa de intervenção seja suficiente para reduzir a violência e os programas de longa duração são pensados como mais convenientes aos operadores da justiça, que podem aproveitar para atender as necessidades das vítimas com mais cuidado. Como nenhum programa tem apresentado vantagens um sobre o outro, promover uma pesquisa nesse sentido para padronização não pode ser realizada por avaliações de efetividade. Os programas mais eficazes na sua atuação têm trabalhado em parceria com autoridades da justiça penal, centros de apoio às vítimas, e com os advogados destas. (BENNETT & WILLIAMS, 2001; JACKSON, FEDER, FORDE, DAVIS, MAXWELL & TAYLOR, 2003)

Outro dado importante diz respeito à constante supervisão da justiça quanto ao agressor em condicional, e a importância da avaliação continuada junto aos participantes dos grupos. Os dados das pesquisas demonstram que a maior taxa de

reincidência ocorre nos seis meses seguintes a participação do grupo. As avaliações devem prosseguir então para além de uma entrevista final, e devem incluir na investigação dados que promovam o aumento da taxa de reincidência, como o abuso de substâncias. A avaliação continua dos operadores sobre o próprio programa, julgando o que fazem e sua eficácia, faz com que sejam mais seguros. (BENNETT & WILLIAMS, 2001; CONTRINO, DERMEN, NOCHAJSKI, WIECZOREK & NAVRATIL, 2007)

Considerações Finais

No caminho trilhado nesse trabalho, pudemos compreender que a violência contra a mulher é hoje um grave problema mundial. Os dados encontrados nas pesquisas demonstram que essa agressão é, na maior parte das vezes, perpetrada por um homem. A desnaturalização das relações entre homens e mulheres abriu o caminho para a compreensão de que a violência nas relações de gênero tem por base um processo conhecido como socialização de gênero, que se baseia nas expectativas sociais e culturais relativas a cada sexo. Entendendo a identidade de gênero como uma construção, buscou-se o conhecimento de como se dá esse processo em relação à masculinidade, o que permitiu entender que, no caso dos homens violentos, há um forte elo entre virilidade e violência, calcado sobre o horror à feminilização, bem como o uso do domínio e controle como as ferramentas mais comumente utilizadas contra suas companheiras.

Na luta pelo enfrentamento da violência contra a mulher, um passo importante foi dado com a criação da Lei Maria da Penha, pois ela abrange de forma ampla os fatores envolvidos na manutenção dessa violência. Diante da indicação nessa lei da criação de centros de educação e reabilitação, buscamos na experiência internacional dados que pudessem auxiliar a reflexão sobre a construção desses centros no Brasil, contribuindo assim com as emergentes pesquisas que estão sendo realizadas nessa área.

Frente aos resultados encontrados, destacou-se a importância de se compreender a violência contra a mulher no campo da interdisciplinaridade. O modelo feminista tem sido o pioneiro e também o melhor aceito nesse campo de estudos, sendo que os trabalhos brasileiros encontrados estão fortemente influenciados por essas discussões. É possível pensar que os parâmetros que guiam os programas calcados nesse modelo tenham uma maior aceitação dos profissionais brasileiros, mas cabe o questionamento quanto à adoção de um modelo norteador para os grupos de todo o país, como no caso norte-americano. Sendo o Brasil um país de proporção continental, onde cada região tem suas especificidades socioculturais, pensamos que seria interessante o fomento de pesquisas que busquem abranger essas especificidades, uma vez que essa tem sido a tarefa empreendida pelos pesquisadores internacionais em suas localidades, mostrando dados relevantes.

Podemos perceber também o quanto é importante a existência de algumas condições para que um trabalho com esses homens possa ter bons resultados. Não se

pode esperar que apenas a participação desses homens no grupo seja garantia de sucesso. É preciso entender que esse é sim um trabalho muito importante e essencial para a quebra do ciclo da violência, mas não se pode perder de vista que essa é uma das partes de uma rede de enfrentamento. Sendo assim, para que os resultados sejam de fato significativos no que diz respeito a mudanças no campo social e da saúde é preciso que as diversas partes desse sistema estejam funcionando bem. O trabalho com as vítimas deve ser ampliado e ter uma avaliação contínua, visando à segurança e fortalecimento das mesmas, garantindo seus direitos e promovendo a sua autonomia. Os operadores da Justiça precisam ser treinados e capacitados para o enfrentamento dessa violência específica que atinge as mulheres.

O Brasil tem seguido com uma campanha crescente de denúncia dessa condição, promovendo o conhecimento da população para essa ainda tão pouco compreendida violação de direitos básicos, que é mantida de forma sistemática contra as mulheres e sustentada por ideais sobre papéis sociais e relacionamentos que precisam ser discutidos e repensados.

Nesse sentido, podemos entender como necessária não só a reeducação dos agressores, mas de toda a sociedade em relação à administração dos conflitos interpessoais. Se entendemos a agressão e a violência como função, precisamos reconsiderar a educação de sua base. O foco deveria mudar da coibição da violência para sua prevenção. Novos meios de lidar com os conflitos precisam ser explorados e as posições de gênero rediscutidas desde a infância. Para isso, seria necessário ampliar a discussão de gênero e dar visibilidade para a questão, fomentando pesquisas e buscando o aumento gradual da divulgação nas grandes mídias, levando informação que fomente o debate construtivo, para que novos ideais sejam promovidos.

Referências Bibliográficas

ADAMS, David & CAYOUE, Susan. Group Education Model for Abusers. In: ALDARONDO, E. & MEDEROS, F. (eds.). *Programs for Man Who Batter: Intervention and Prevention Strategies in a Diverse Society*. New York: Civic Research Inc., 2002.

AUSTIN, Juliet & DANKWORT, Juergen . *A Review of Standards for Batterer Intervention Programs*. 1998. Disponível em:
<http://new.vawnet.org/category/Main_Doc.php?docid=393> Acesso em: mar. 2010.

BENNETT , Larry and WILLIAMS, Oliver. Controversies and Recent Studies of Batterer Intervention Program Effectiveness. VAWnet Applied Research Forum, 2001.
Disponível em: <http://new.vawnet.org/category/Main_Doc.php?docid=373> Acesso em: mar. 2010.

BENNETT, Larry. Improving intervention with batterers: Attrition and measurement. *University of Illinois at Chicago Campus Research Board*. 2002.

BOCKO, Stephen, CICHETTI, Carmen A., LEMPICKI, Laura & POWELL, Anne. Restraining Order Violators, Corrective Programming and Recidivism. *Massachusetts Trial Court*. nov. 2004. Disponível em:
<<http://www.mass.gov/courts/courtsandjudges/courts/trialcourt.html>> Acesso em: mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. 2001.

BRONZ, Alan. *Redundância, Reflexão e Violência*. [online] Rio de Janeiro: O Autor, 2005. Disponível em
<http://www.lacobranco.org.br/index.php?goto=biblioteca_4.php&cod=41>. Acesso em: 13 de mar. 2009.

CONTRINO, Kathleen M., DERMEN, Kurt H., NOCHAJSKI, Thomas H., WIECZOREK, William F. and NAVRATIL, Peter K. Compliance and Learning in an Intervention Program for Partner-Violent Men. *Journal of Interpersonal Violence*, vol. 22, n. 12, p. 1555-1566, dec. 2007.

CORSI, Jorge *et al*. *Violencia masculina em La pareja: una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CORTEZ, Mirian Béccheri; PADOVANI, Ricardo da Costa e WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. *Terapia de grupo cognitivo-comportamental com*

agressores conjugais. *Estudos de Psicologia (Campinas)* [online]. 2005, vol. 22, no. 1, pp. 13-21. Acesso em 18 de abr. 2009.

HEALEY, Kerry M. & SMITH, Christine. Batterer Programs: What Criminal Justice Agencies Need to Know. *National Institute of Justice*. Washington D.C., jul. 1998. Disponível em: <<http://www.ncjrs.gov/pdffiles/171683.pdf>> Acesso em: mar. 2010.

HOVMAND, Peter S. Domestic violence and court mandated batterer intervention: a community model. *School of Social Work*, Michigan State University, 2000. Disponível em: <<http://www.systemdynamics.org/conferences/2000/PDFs/hovman57.pdf>> Acesso em: mar. 2010.

JACKSON, Shelly, FEDER, Lynette, FORDE, David R., DAVIS, Robert C., MAXWELL, Christopher D. & TAYLOR, Bruce G. Batterer intervention programs: Where do we go from here. *National Institutes of Justice Report*. Washington D.C., jun. 2003. Disponível em: <<http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/195079.pdf>> Acesso em: mar. 2010.

JARSCHHEL, H. et al. *Tecendo redes em defesa da vida das mulheres*, Santo André, 25 nov. 2008.

MEDEROS, Fernando & PERILLA, Julia. *Community connections: men, gender and violence*. s/d. Disponível em: <http://www.melissainstitute.org/documents/eighth/men_gender_violence.pdf> Acesso em: mar. 2010.

MICHIGAN, State of. *Batterer Intervention Standards for the State of Michigan*. 1998. Disponível em: <http://www.michigan.gov/documents/DVBISCStandards_24600_7.pdf> Acesso em: mar. 2010.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza; SOUZA, Ivis Emilia de Oliveira. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Texto contexto - enfermagem*, Mar 2007, vol.16, no.1, p.26-31. Acesso em: 20 de fev. 2009.

MUSZKAT, Malvina Ester. Violência de Gênero e Paternidade. In: Margareth Arilha. (Org.). *Homens e Masculinidade*. São Paulo: Editora 34, 2001.

MUSZKAT, Suzana. Novas práticas na abordagem de gênero e violência intrafamiliar. In: Muszkat, Malvina Ester (org.). *Mediação de conflitos : pacificando e prevenindo a violência*. São Paulo : Summus, 2003.

NASCIMENTO, Marcos, SEGUNDO, Márcio & BARKER, Gary. *Homens, Masculinidades e Políticas Públicas: aportes para equidade de gênero*. out. 2009. Disponível em: <<http://www.promundo.org.br/wp-content/uploads/2010/03/HomensMasculinidades.pdf>> Acesso em: mar. 2010.

OLIVEIRA, Danielle Cristina de; SOUZA, Lídio de. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* [online], dez. 2006, vol.6, no.2, p.34-50. Acesso em 18 de abr. 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

STOVER, Carla Smith. Domestic Violence Research: What Have We Learned and Where Do We Go From Here? *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20. n. 4, p. 448-454, 2005.

VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo : Friedrich Ebert Stiftung, 2004.